

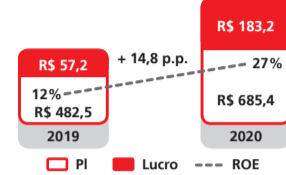
Relatório da Administração

Resumo operacional

+ 8,6% receita bruta	• TBForTE apresentou um desempenho acima do esperado.
+ 5,9% custos	• Crescimento acelerado das transações do produto HubDigital.
- 3,3% despesas	• Crescimento dos custos dos serviços prestados com proporção saudável em relação as receitas, mantivemos nível de receita superior em 2,7 p.p.
+ 220,3% lucro	• Iniciativa de redução das despesas operacionais (gerais e administrativas) promovendo a margem EBITDA relativamente estável considerando o mix de serviços, em relação ao período do ano anterior melhorou de 4,7 p.p.
	• Encerramos o ano com R\$ 183,2 milhões de lucro, uma marca histórica para o Grupo TecBan.
	• Reconhecimento inicial (parcial) de IRJCS diferido em R\$ 19,5 milhões na TBForTE em virtude de lucro tributável e projeções positivas.

Informações consolidadas (R\$ MM)	2020	2019	Var. %
Receita operacional líquida	2.572,8	2.371,5	8,5%
EBITDA ⁽¹⁾	571,4	425,5	34,3%
% margem EBITDA	22,2%	17,9%	+ 4,3 p.p.
Resultado líquido	183,2	57,2	220,3%
% margem líquida	7,1%	2,4%	+ 4,7 p.p.

(1) EBITDA considerando os efeitos da Depreciação e Despesa Financeira relativos à adoção do IFRS 16 (CPC 06). Para fins de comparabilidade, apresentamos o EBITDA ajustado desconsiderando estes efeitos, em 2020 de R\$ 547,4 milhões de 2019 de R\$ 404,8 milhões.



A gestão do capital é realizada pelo consolidado. O ROE (rentabilidade sobre o patrimônio líquido) é um dos nossos indicadores de rentabilidade. Estabelecemos um nível mínimo com o objetivo de garantir a capacidade de investimentos em sustentação e novos negócios. Evoluímos 14,8 p.p. em relação a 2019, uma indicação clara de geração de valor aos nossos acionistas, clientes e a sociedade.

Informações consolidadas (R\$ MM)	2020	2019	2020 ²	2019 ¹
EBITDA	571,4	425,5	547,4	408,8
Divida líquida/EBITDA (x)	1,7	2,9	1,6	2,7
FCO/Divida bruta (%)	53,0%	17,6%	60,0%	19,6%
FCL/Divida bruta (%)	19,4%	-4,9%	22,0%	-5,5%

(1) Os investimentos considerados para apuração do FCL (fluxo de caixa livre) consideram apenas os investimentos realizados no exercício, desconsidera-se as regras de apresentação do CPC 03 (R2).
(2) EBITDA e Divida (líquida e bruta) desconsiderando os efeitos relativos à adoção do IFRS 16 (CPC 06).
Também utilizamos a alavancagem financeira como outro importante indicador e balizador de nossa gestão financeira, com o objetivo de garantir segurança em nossos negócios. Este acompanhamento possibilita a absorção de riscos imprevisíveis ou a execução de investimentos emergenciais.
A Administração da TecBan segue comprometida com a estabilidade deste indicador e fortalece o compromisso entregando uma expressiva evolução em comparação a 2019.
Nos últimos anos viemos em uma constante de investimentos em atendimento ao plano de expansão do grupo TecBan para garantir a capilaridade, qualidade e adequação de portfólio de acordo com as tendências e dentro dos nossos diversos pilares de atuação. Destacamos a aquisição de 2.200 ATMs (caixas eletrônicas) recicladoras e o desenvolvimento de novas tecnologias para modernização do parque do Banco24Horas, investimentos que somaram em 2020 o montante de R\$ 498,8 milhões no consolidado e mais de R\$ 3,3 bilhões nos últimos 10 anos.
Para contribuir com a evolução de nossas soluções, demos força ao processo de inovação tecnológica, aprimoramos e

A Administração do grupo TecBan, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As informações operacionais e financeiras da TecBan, exceto onde estiver indicado de outra forma, estão apresentadas com base em números consolidados pelo método da equivalência patrimonial, previsto no CPC 36 (R2) e em Reais, conforme a legislação societária.

Comentários Gerais

Solidez, resiliência, inovação e cuidado. Essas quatro palavras nos ajudam a resumir como terminamos o ano de 2020. Solidez, pois o trabalho que estamos construindo ao longo dos anos nos trouxe para outro patamar. Em um ano ainda mais desafiador, já que o ano passou, fechamos com resultados excepcionais em múltiplas dimensões. Resiliência, já que durante a nossa jornada, tudo que alcançamos foram conquistas obtidas com muito esforço e superação. Inovação, com lançamento de novas soluções para o ecossistema financeiro e com novos formatos e processos para trazer ainda mais eficiência à toda operação e setor.

Cuidado, ao priorizar o bem-estar de nossos colaboradores, incentivando e apoiando sempre uns aos outros, para manter os nossos serviços disponíveis e tão essenciais para a população.
A pandemia do coronavírus, declarada pela OMS [Organização Mundial de Saúde] em março de 2020, provocou efeitos que afetaram a vida da população, bem como os negócios em todo o mundo.

Foi nesse contexto desafiador, que seguimos entregando nosso propósito, ajudamos a garantir a inclusão financeira de todas as classes sociais, em todas as regiões do país, por meio do Banco24Horas, maior rede independente de autotendimento em volume de saques do mundo. Nossa plataforma aberta e interoperável conta com mais de 100 instituições conectadas aos mais de 23 mil caixas eletrônicos.

Também atuamos nas áreas de telecomunicação e transporte de valores por meio da TBNet e da TBForTE cujos produtos e serviços oferecem soluções customizadas em tecnologia, comunicação e transporte em mais de dez estados. Ao final de 2020 empreendimos e estreamos em um novo segmento, constituímos à TecBan Serviços Integrados que atuará no mercado promovendo soluções especializadas com seus pilares de negócio em logística, armazenagem, operação, manutenção e revitalização de equipamentos.

Estamos certos de que neste ano que passou muito aprendemos, reaprendemos e nos transformamos, e é a partir desta capacidade de adaptação e de agilidade que entendemos estar preparados para os novos desafios!

Desempenho Financeiro e Operacional

Mesmo com o distanciamento social imposto pela quarentena, o Banco24Horas, principal gerador de receita do grupo TecBan, encerrou o ano com um volume total de 2 bilhões de transações, resultando em um volume financeiro sacado na rede de R\$ 382 bilhões, número 7,6% maior que o valor de R\$ 355 bilhões de 2019. Foram movimentados cerca de 4,9% do PIB brasileiro nos caixas do Banco24Horas, o que representa 1,5 vezes o M1 brasileiro [volume de dinheiro papel-moeda em circulação na economia nacional], segundo dados do BIS [Banco de Compensações Internacionais].

Fundamentados em uma atuação responsável e em congruência ao cenário econômico, conscientes de que oferecemos um serviço essencial à população que não pode faltar nem falar, adotamos medidas e ajustamos nossa operação nos tornando uma opção para o saque do auxílio emergencial de forma rápida e segura.

Foram feitos avanços na renovação do portfólio de produtos com uma maior oferta de soluções e experiências. Em contínuo foco na convergência físico-digital, a TecBan lançou a solução de sacar no comércio. A nova solução permite o saque em diversos front ends, como POS, totem, mobile e outros devices e já está presente em 412 municípios e 1.000 estabelecimentos comerciais.

A TecBan realizou iniciativas relevantes como a Campanha 4 Saques Grátis, de orientação à sociedade, avançou e fortaleceu a oferta da plataforma de Open Banking inclusive com o lançamento do Hackathon Open Banking TecBan e promoveu webinars sobre mercado mundial de ATM, fastforward, telecomunicações, varejo, entre outros.

Foi também em 2020 que, após 18 anos sem novas denominações, o Governo Federal lançou no final de julho a nota de 200 reais, e juntas TecBan e TBForTE, atuaram no apoio massivo à distribuição. Foram dedicados esforços integrados e ações para disponibilizar a nova cédula em toda rede Banco24Horas visando o atendimento à população e suporte em medidas econômicas do Regulador.

Nossos principais indicadores financeiros evidenciam uma performance eficiente, mesmo em um ano tão peculiar e excepcional.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

ATIV O	TecBan		Consolidado		ATIV O	TecBan		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Circulante	532.009	441.754	628.552	489.427	Circulante	1.015.929	381.654	1.022.542	394.109
Caixa e equivalente de caixa	4 202.408	92.373	249.575	104.233	Fornecedores	11 328.186	201.717	265.278	138.086
Contas a receber de clientes	5 253.899	228.991	271.477	238.105	Obrigações sociais e trabalhistas	12 72.394	60.775	117.942	102.775
Ativo a contrato	5 10.562	8.820	20.464	12.033	Debitantes	13 502.153	5.085	502.153	5.085
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6 22.010	51.019	24.099	56.009	Empréstimos e financiamentos	14 6.626	7.617	8.471	9.463
Estoques	7 27.950	22.228	29.965	22.791	Passivo de arrendamento	15 30.679	73.792	40.523	86.415
Despesas antecipadas	5 5.275	22.567	17.224	34.302	Impostos e contribuições a recolher	15 15.022	15.229	25.836	24.309
Outros ativos	10.115	14.208	15.748	18.720	Provisões	9 9.471	6.729	10.536	6.798
					Dividendos propostos	18.b 43.516	5.198	43.516	5.198
					Outras contas a pagar	18.b 649.597	1.183.183	722.725	1.272.767
					Fornecedores	11 -	251	-	251
					Obrigações sociais e trabalhistas	12 10.019	9.838	10.794	9.838
					Debitantes	13 549.539	1.049.091	549.539	1.049.091
					Empréstimos e financiamentos	14 1.610	8.011	3.203	11.441
					Passivo de arrendamento	15 54.932	72.007	127.630	146.396
					Outras contas a pagar	15.b 800	580	13.457	9.983
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 22.047	5.250	-	1.702
					Provisão para perdas com demandas judiciais	17 9.650	10.457	18.102	16.367
					Outras contas a pagar	17 1.000	27.698	-	27.698
					Patrimônio líquido	18 685.400	482.548	685.400	482.548
					Capital social	544.074	465.333	544.074	465.333
					Reservas de capital	525	525	525	525
					Reservas de lucro	140.801	16.690	140.801	16.690
					Total do passivo e do patrimônio líquido	2.350.926	2.047.385	2.430.667	2.139.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucro		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Agio na emissão de ações	Incentivos fiscais	Legal	Para expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	465.333	27.698	-	501	3.244	-	(38.584)	458.216
Lucro líquido do exercício	-	(27.698)	-	-	-	-	57.228	57.228
Transferência de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(27.698)
Destinação do lucro:								
Absorção de prejuízo acumulado	-	-	-	-	(3.244)	-	3.244	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(5.198)	(5.198)
Reserva legal	-	-	-	-	1.094	-	(1.094)	-
Reserva de lucros para expansão	-	-	-	-	-	15.596	(15.596)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	465.333	-	24	501	1.094	15.596	-	482.548
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	183.223	183.223
Transferência de dividendos para reservas de expansão	18.a	78.741	-	-	-	-	5.198	5.198
Aumento de capital	-	-	-	-	(20.794)	-	-	57.947
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos	18.b	-	-	-	-	-	(43.516)	(43.516)
Reserva legal	18.b	-	-	-	-	-	(8.161)	(8.161)
Reserva de lucros para expansão	18.b	-	-	-	9.161	-	-	9.161
Saldos em 31 de dezembro de 2020	544.074	-	24	501	10.255	130.546	(130.546)	685.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Operação

A Tecnologia Bancária S.A. ("TecBan" ou "Companhia") é especializada na gestão de redes de autotendimento bancário, transporte de valores e escolta, e exploração de serviços de telecomunicação, além dessas atividades, promove pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, construindo soluções eficientes e seguras que conectam ainda mais os bancos e a sociedade.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Bonnard, 980, em Barueri, Estado de São Paulo, constituída de acordo com as leis brasileiras.

O exercício social da Companhia e suas controladas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Atualmente, as seguintes empresas fazem parte do grupo TecBan:

(a) TBNet Comércio, Locação e Administração Ltda. ("TBNet"), responsável pela atividade de exploração de serviços de infraestrutura e telecomunicação;

(b) TBForTE Segurança e Transporte de Valores Ltda. ("TBForTE"), empresa responsável pela prestação de serviços de transportes de valores e escolta;

(c) TecBan Serviços Integrados Ltda., constituída em novembro de 2020 com capital social inicial de R\$ 1 milhão de reais, a Empresa será responsável por soluções especializadas em logística, armazenagem, operação, manutenção e revitalização de equipamentos. Não houve operação em 2020.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho da Administração em 25 de fevereiro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicadas de maneira consistente com as políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia, e os itens são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, por serem resultados de obtenção de recursos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações contábeis das controladas indicadas abaixo, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes. As políticas contábeis das controladas foram aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis da Companhia. Assim sendo, são eliminadas as participações, os saldos de contas a pagar e a receber, as receitas e despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

Controladas	Principal atividade	País-sede	% participação
TBNet Comércio, Locação e Administração Ltda. (*)	Telecomunicação	Brasil	99,99
TecBan Serviços Integrados Ltda. (*)	Soluções especializadas	Brasil	99,99
TBForTE Segurança e Transporte de Valores Ltda. (**)	Transporte de Valores	Brasil	99,99

(*) Controlada direta.

(**) Controlada indireta.

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020.

Especificamente, a Companhia controla uma investida e, a apenas se, tiver:

• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades operacionais);

• Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e

• A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

c) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus ("COVID-19")

Diante dos possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento das restrições, a Companhia realizou diferentes iniciativas visando potencializar a geração de caixa para fortalecer sua estrutura de capital e assegurar os custos em patamar estável para o atual momento econômico, mantendo negociações justas com seus fornecedores, visando adequar os preços contratuais a conjuntura atual. Até a presente data, não houve registro de efeitos relevantes, o que se pode verificar em nossos números financeiros.

Nosso desempenho econômico-financeiro em 2020 sofreu baixo impacto pela pandemia, a redução no volume de transação foi 3,1% frente a 2019, o que consideramos discretos.

Esse baixo impacto está em linha com as pesquisas que demonstram um maior volume de dinheiro em circulação após o decreto da pandemia em diversos países, movimento impulsionado não só pelo crescimento das operações entre comerciantes locais, mas também pela precaução da população em estocar dinheiro.

No Brasil, ainda tivemos o lançamento de uma nova denominação (R\$ 200 reais), claro indicador de que a transação com dinheiro em espécie continua sendo altamente relevante, e isso também ressalta a importância e o valor da rede independente de caixas eletrônicas durante as ações de restrição de mobilidade.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for comprovado que benefícios econômicos serão gerados a Companhia, quando mensurada de forma confiável e no período de suas obrigações vinculadas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

• A receita na venda de serviços é reconhecida quando o controle dos serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a transação contratual celebrada entre as partes, as principais receitas de serviços são:

Serviços na gestão de redes de autotendimento bancário
Administradora do Banco24Horas responsável pela gestão e processamento das transações realizadas por meio dos caixas eletrônicos.

Serviços com transporte de valores e escoltas
Prestação de serviço de transporte de valores e escolta, soluções completas em logística, processamento de numerário, corte inteligente e soluções personalizadas.

Serviços com exploração de serviços de telecomunicação
Prestação de serviço de telecomunicação, soluções de conectividade de banda larga wireless, infraestrutura de tráfego de dados, gestão automatizada de incidentes de segurança e conexão de internet via hotspot Wi-Fi integradas.

Receitas na venda de mercadorias

A receita na venda de mercadorias é representada líquida dos impostos e dos descontos concedidos e são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens.

ampliamos o conceito nos departamentos de Tecnologia, Segurança da Informação e Engenharia do grupo TecBan para Pesquisa e Desenvolvimento em Inovação Tecnológica nos preceitos da Lei nº 11.196/05, mais conhecida como a Lei do Bem. Acumulamos até 2020 o montante investido em Pesquisa e Desenvolvimento de R\$ 117,1 milhões, com crescimento de 27% no montante investido em relação a 2019.

Esses resultados trouxeram diversos reconhecimentos do mercado, onde figuramos entre as dez principais empresas na categoria Indústria Digital do prêmio Melhores e Maiores 2020 da revista Exame.

Não obstante, nossas fontes de financiamento são os investimentos só, principalmente, a geração própria de caixa, oriunda de nossas atividades operacionais em conjunto com a captação no mercado. Programamos para 2021 o refinanciamento das dívidas de curto prazo dando continuidade à nossa reestruturação de dívida. Por conta desta iniciativa iniciada em 2017, tivemos em 2020 um resultado financeiro líquido com expressiva redução em relação a 2019, alcançando um efeito positivo de redução de 42,4% nas despesas financeiras com endividamento.

Informações consolidadas (R\$ MM)	2020	2019	Var. %
Despesas financeiras	(62,0)	(104,2)	-40,5%
Atualização monetária e juros sobre o end			

>>>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

h) Intangível
Apresentados ao custo de aquisição líquidos da amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Os ativos intangíveis são classificados com vida útil definida e são amortizados ao longo da vida útil econômica, conforme mostrado na Nota Explicativa nº 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuídos a projetos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável conduzir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo;
- O software pode ser usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis, adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte dos projetos de software, incluem substancialmente gastos com a contratação de prestadores terceiros e mão de obra interna alocados nos projetos de desenvolvimento e implantação de softwares.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. O período e o método de amortização para um ativo intangível de vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no período da baixa do ativo.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Ajuste a valor presente
Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As operações efetuadas junto a clientes e fornecedores não possuem vencimentos relevantes superiores há 30 dias, não havendo necessidade de se efetuar ajuste a valor presente destes. Os valores contabilizados relativos a debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos estão registrados a valor presente.

k) Imposto de renda e contribuição social corrente
A Companhia reconhece o passivo de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. O imposto de renda foi calculado à alíquota-base de 15% e adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota-base de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda. Vide Nota Explicativa nº 16.a.

l) Imposto de renda e contribuição social diferido
O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, também é reconhecido imposto diferido ativo para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

m) Tributos sobre as vendas
Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

n) Distribuição de lucros
A Companhia reconhece o passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e mensuração das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a distribuição ao valor justo, e o valor contábil líquido dos ativos, incluindo o valor contábil líquido dos ativos sem desembolso de caixa, é ajustado para refletir a diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
Os ativos contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

p) Provisão de desmantelamento
A Companhia reconhece os custos, a Administração assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração dos imóveis alugados é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel, incluindo as opções de renovação que a Administração pode e pretende exercer. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e exercício do julgamento são revisados de maneira contínua e os resultados desse processo são reconhecidos tempestivamente em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo TecBan, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Natureza	2020	2019
Perdas estimadas para as operações de recebíveis na contraprestação de bens e serviços.	54.137	(452.439)
Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e perdas por redução ao valor recuperável;	129.991	(81.522)
Provisão para desmantelamento (restauração de imóveis locados à sua condição original)	(78.124)	(151.421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos;	(459.867)	(409.480)
Provisão para perdas em demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis; e	-	-
Análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.	-	-

r) Provisões Gerais
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à corrente do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

s) Classificação corrente versus não corrente
A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É a caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não pretende diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

t) Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

u) Passivo de arrendamento
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento estiver a cargo da Companhia de acordo com a opção de rescisão do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo ou montante do arrendamento, ou alteração nos pagamentos de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os efeitos no caixa que afetaram a DFC estão apresentados como informação suplementar abaixo:

	TecBan		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aquisições de ativo imobilizado - Nota 9	(251.758)	(179.327)	(278.110)	(215.460)
Aquisições de intangíveis - Nota 10	(129.985)	(78.732)	(139.991)	(81.522)
Pagamentos de Finame/Leasing no exercício	(78.124)	(151.421)	(80.718)	(155.457)
Caixa e equivalentes de caixa	(459.867)	(409.480)	(498.819)	(452.439)

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Entidade.

x) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020
O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócio
As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Referência
As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material
As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relação específica da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
O pronunciamento revisa alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns outros aspectos. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados com consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo locador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao

Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

y) Normas emitidas, mas ainda não vigentes
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de Seguros
IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro).

4. Caixa e equivalente de caixa

	TecBan		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	437	397	671	545
Aplicações financeiras (a)	201.971	91.976	248.904	103.688
Total	202.408	92.373	249.575	104.233

(a) As aplicações financeiras possuem cláusulas de resgate antecipado, independentemente de seus prazos de vencimento em função de suas características de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se a aplicações em CDB, sendo que no exercício a taxa média de remuneração foi de 94,59% (91,89% em 2019) do CDI. Os saldos estão apresentados a seguir:

	TecBan		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicação automática	67	69	681	185
CDB	201.904	91.907	247.500	91.907
Compromissada	-	-	723	11.596
Total	201.971	91.976	248.904	103.688

5. Contas a receber de clientes e ativos de contrato

Contas a receber

	TecBan		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes nacionais	255.201	229.015	273.371	238.594
Subtotal	255.201	229.015	273.371	238.594
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(1.512)	(124)	(1.894)	(489)
Subtotal	(1.512)	(124)	(1.894)	(489)
Total	253.689	228.891	271.477	238.105

O saldo de contas a receber de clientes refere-se substancialmente ao Banco24Horas o nosso principal portfólio de serviço. As perdas de crédito esperadas são provisionadas a partir da expectativa de perda esperada e avaliação do histórico das

8. Investimentos

Participação	Participação	2020		2019	
		2020	2019	2020	2019
Companhia	direta	Quantidade de ações	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
TBNet (a)	99,99%	539.353.040	530.301.040	423.089	361.071
TecBan Serviços (b)	99,99%	1.000.000	-	1.000	-
TBForte (c)	-	99,99%	517.505.210	517.505.210	576.795
				523.989	186.477
				182.466	390.318
				341.523	48.795
				10.812	48.795
				10.812	48.795
				10.812	48.795

(a) A movimentação do investimento na TBNet está assim representada:

	Exercício	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	357.137	308.327
Aumento de capital em sociedade controlada	8.205	36.421
Equivalência patrimonial	52.632	12.389
Saldo no final do exercício	417.974	357.137

(b) A movimentação do investimento na TecBan Serviços está assim representada:

	Exercício	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	-	-
Constituição de capital em sociedade controlada	1.000	-
Saldo no final do exercício	1.000	-

(c) A movimentação do investimento na TBForte (controlada indireta) está assim representada:

	Exercício	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	341.523	298.556
Aumento de capital em sociedade controlada	-	32.155
Equivalência patrimonial	48.795	10.812
Saldo no final do exercício	390.318	341.523

9. Imobilizado

a) Composição do saldo de imobilizado

Taxa média anual	2020				2019			
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos de ATM e acessórios	1.716.330	(821.942)	894.388	770.413	1.504.559	(821.942)	682.617	600.675
Móveis e utensílios	110.763	(62.550)	48.213	42.500	108.412	(54.2)	54.190	54.190
Equipamentos de tecnologia	72.047	(46.653)	25.394	23.442	72.047	(46.653)	25.394	23.442
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	134.303	(67.268)	67.035	69.422	134.303	(67.268)	67.035	69.422
Veículos e motos	24.375	(17.253)	7.122	8.011	24.375	(17.253)	7.122	8.011
Terrenos	-	-	-	1.626	-	-	-	1.626
Total	2.069.409	(1.035.666)	1.033.743	923.345	2.069.409	(1.035.666)	1.033.743	923.345

(a) O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

m) Tributos sobre as vendas
Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

n) Distribuição de lucros
A Companhia reconhece o passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e mensuração das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a distribuição ao valor justo, e o valor contábil líquido dos ativos, incluindo o valor contábil líquido dos ativos sem desembolso de caixa, é ajustado para refletir a diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
Os ativos contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas



>>>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Corresponde a debêntures simples nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476 de 16 de janeiro de 2009. Na 1ª emissão no valor individual de R\$1 totalizando R\$700.000 com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, na 2ª emissão no valor individual de R\$10 totalizando R\$150.000 com prazo de vigência de 3 (três) anos e na 3ª emissão no valor individual de R\$10 totalizando R\$200.000 com prazo de vigência de 4 (quatro) anos, todas em 1 (uma) série, não convertíveis em ações e em regime de melhores esforços de colocação.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais a contar da data de emissão. Os juros remuneratórios correspondem a CDI+ juros, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incluindo sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. Os custos da transação na emissão de títulos e valores mobiliários são:

	Informação/valor		
	1ª emissão	2ª emissão	3ª emissão
Quantidade da série (única)	700.000	15.000	200.000
Valor total	700.000	150.000	200.000
Recebido em conta corrente	700.000	150.000	200.000
Emissão	13/12/2017	03/09/2018	06/05/2019
Liquidação	13/12/2021 e 13/12/2022	03/09/2021	17/05/2023
Especie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	TCBC11	TCBC21	TCBC13
(b) Custos de juros efetiva	1.645	179	459

(a) Identificação do processo por natureza

	2019	2020	2019	2020
Quantidade da série (única)	700.000	15.000	200.000	700.000
Valor total	700.000	150.000	200.000	700.000
Recebido em conta corrente	700.000	150.000	200.000	700.000
Emissão	13/12/2017	03/09/2018	06/05/2019	13/12/2021 e 13/12/2022
Liquidação	13/12/2021 e 13/12/2022	03/09/2021	17/05/2023	-
Especie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	-
Identificação ativo na CETIP	TCBC11	TCBC21	TCBC13	-
(b) Custos de juros efetiva	1.645	179	459	-

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas que podem antecipar temporariamente o vencimento das obrigações. A seguir especificamos as principais condições e cláusulas restritivas vinculadas à emissão de debêntures.

• O grupo de acionistas da Emissora devem manter, de forma individual, no mínimo, 1/3 (um terço) da participação que detêm, exceto se houver diminuição de participação decorrer de uma reorganização societária realizada entre os grupos aqui mencionados;

• O índice de giro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser inferior a 3,5 vezes. A Dívida Financeira Líquida é composta por empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e impostos parcelados subtraída por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Estas e as demais condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia. Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos:

	TecBan e Consolidado	
	2019	2020
Amortização de juros	38.419	35.512
Atualização monetária	475	954
Debitos 1º, 2º e 3º emissão	1.054.176	1.052.646
Custos de emissão	(1.377)	(954)
Total	1.054.176	1.051.692

14. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Taxa média	Vencimento	TecBan		Consolidado	
				2020	2019	2020	2019
Banco Bradesco S.A.	Finame	9,98% a.a. + TJLP	Jan/20	-	434	-	434
Banco do Brasil S.A.	Finame	2,50% a.a.	Jan/23	711	1.052	1.124	1.578
Safra S.A.	Capital de Giro	8,2% a.a. + CDI	Jun/22	7.525	14.142	10.550	18.892
				8.236	15.828	11.674	20.904
Circulante				6.626	7.617	8.471	9.463
Não circulante				1.610	8.011	3.203	11.441
Programa de vencimento (não circulante)							
2022				1.582		2.988	
2023				28		140	
Total				1.610		3.203	

Os contratos de FINAME (financiamento para produção e aquisição de máquinas e/ou equipamentos de fabricação nacional) do BNDES foram obtidos para aquisições de ativo imobilizado, sendo equipamentos de ATM e veículos de transporte de valores. Essas operações são garantidas com os próprios ativos financeiros.

A seguir especificamos a principal condição e cláusula restritiva vinculada aos contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia está sujeita ao cumprimento do vencimento antecipado caso as garantias reais ou fiduciárias ora convenienciadas se tornarem inativas, improprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida e desde que não sejam substituídas ou complementadas, assim como em casos de mudanças ou transferência do controle do capital volante do Emitente ou caso seja apurada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmado, prestado ou entregue pelo Emitente. Esta e as demais condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia.

Os contratos de cessão de crédito do capital de giro estão sujeitos a encargos de 2,90% a 3,20% ao mês, em alguns contratos incidem CDI, são realizados na modalidade de antecipação de recursos decorrente da cessão de direito dos títulos a receber. São utilizados para capital de giro e podem ser liquidados dentro do próprio mês de captação ou no mês subsequente. Abaixo demonstramos a movimentação do saldo:

	TecBan		Consolidado	
	2019	2020	2019	2020
Banco Bradesco S.A.	434	-	434	-
Banco do Brasil S.A.	1.052	-	1.052	-
Safra S.A.	14.142	-	14.142	-
Total	15.628	-	15.628	-

	TecBan		Consolidado	
	2019	2020	2019	2020
Banco Bradesco S.A.	434	-	434	-
Banco do Brasil S.A.	1.578	-	1.578	-
Safra S.A.	18.892	-	18.892	-
Total	20.904	-	20.904	-

15. Passivo de arrendamento

a) Passivo de arrendamento

	Taxa média	Vencimento	TecBan		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Banco Bradesco S.A.	2,57% a.a. + 100% CDI	Jul/21	181	570	181	570
HP Financial Service S.A.	3,16% a.a. + 100% CDI	Dez/22	2.561	7.595	2.561	7.596
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	3,57% a.a. + 100% CDI	Jun/22	7.966	15.840	7.966	15.845
Banco IBM S.A.	3,20% a.a. + 100% CDI	Jul/22	101	156	101	156
Safra Leasing S.A.	2,94% a.a. + 100% CDI	Nov/22	7.152	38.104	8.032	41.385
Société Générale Leasing S.A.	2,55% a.a. + 100% CDI	Jun/22	8.533	32.617	8.533	32.716
Daycoval S.A.	3,85% a.a. + 100% CDI	Ago/22	6.090	9.874	7.001	11.489
Total			32.584	104.756	35.425	109.757
Circulante			26.743	69.631	28.538	71.873
Não circulante			5.841	35.125	6.887	37.884
Programa de vencimento (não circulante)						
2022			5.841		6.887	

Os contratos de arrendamentos foram obtidos para aquisições de ativo imobilizado de acessórios para equipamentos de ATM, veículos leves para manutenção da frota, equipamentos de informática e equipamentos WiFi. Essas operações são garantidas com os próprios ativos financeiros. Abaixo demonstramos a movimentação do saldo:

	TecBan		Consolidado	
	2019	2020	2019	2020
Banco Bradesco S.A.	570	(400)	181	29
HP Financial Service S.A.	7.595	(5.150)	(157)	273
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	15.840	(8.150)	(590)	866
Banco IBM S.A.	156	(59)	(14)	18
Safra Leasing S.A.	38.104	(29.830)	(2.903)	1.781
Société Générale Leasing S.A.	32.617	(24.632)	(1.019)	1.567
Daycoval S.A.	9.874	(4.009)	(395)	620
Total	104.756	(72.230)	(5.096)	5.154

b) Passivo de arrendamento por direito de uso

O Grupo TecBan possui contratos de passivo de arrendamento de locação de imóveis e veículos. Os prazos de arrendamento de locações de imóveis geralmente variam entre 3 e 19 anos, sendo prazo findo entre 2021 a 2039, enquanto os veículos têm prazo de arrendamento de 3 anos sendo prazo findo em 2021. As obrigações do grupo nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de passivo de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão.

I. Ativo de direito de uso

	TecBan		Consolidado	
	Imóveis	Total	Imóveis	Total
Saldo líquido em 31/12/2019	40.019	40.019	3.330	123.408
Adição	8.719	8.719	330	17.503
Remensuração	-	-	-	-
Baixa	(1.460)	(1.460)	-	(1.460)
Amortização	(6.085)	(6.085)	(2.682)	(15.998)
Saldo líquido em 31/12/2020	50.099	50.099	978	132.172
Custo	59.540	59.540	5.600	159.498
Amortização Acumulada	(9.441)	(9.441)	(4.622)	(27.326)
Total	50.099	50.099	978	132.172

II. Passivo de Arrendamento por direito de uso

	TecBan		Consolidado	
	Imóveis	Total	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2019	40.019	40.019	3.330	123.408
Adição	8.719	8.719	330	17.503
Remensuração	(8.763)	(8.763)	(330)	(15.228)
Baixa	1.551	1.551	-	1.551
Pagamento de principal	8.941	8.941	2.924	22.709
Apropriação de juros	(4.994)	(4.994)	63	(12.644)
Saldo em 31/12/2020	(53.027)	(53.027)	(1.068)	(131.660)
Não circulante	(3.336)	(3.336)	(1.068)	(11.985)
Circulante	(49.091)	(49.091)	-	(119.675)
Total	(53.027)	(53.027)	(1.068)	(131.660)

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Empresa ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo do arrendamento, em 31 de dezembro de 2020 são conforme a seguir:

	TecBan		Consolidado	
	Imóveis	Total	Imóveis	Total
Vencimentos	13.936	13.936	1.068	11.985
1 ano	(5.578)	(5.578)	-	(14.734)
2 anos	(5.099)	(5.099)	-	(12.446)
3 anos	(4.783)	(4.783)	-	(10.986)
Acima de 5 anos	(33.621)	(33.621)	-	(82.777)
Valor presente dos pagamentos mínimos futuros	(53.027)	(53.027)	(1.068)	(131.660)

III. Provisão de desmantelamento

	TecBan		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 31/12/2019	(580)	(580)	(9.983)	(9.983)
Adição	-	-	-	-
Remensuração	(143)	(143)	(2.275)	(2.275)
Programação de juros	8.906	(77)	(1.199)	(1.199)
Saldo em 31/12/2020	(800)	(800)	(13.457)	(13.457)
Circulante	(800)	(800)	(13.457)	(13.457)
Não Circulante	-	-	-	-
Total	(800)	(800)	(13.457)	(13.457)

A Companhia apurou as suas taxas de desconto baseadas nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os spreads foram definidos com base nas últimas emissões de títulos de dívida da Companhia em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente do passivo de arrendamento dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, foi na Controladora de 4,24%, a 9,88%, e no Consolidado de 4,24% a 9,95%.

16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação do lucro real e a conciliação com o resultado estão apresentados abaixo.

	TecBan		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	248.217	78.363	239.558	80.683
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
(Adições) exclusões permanentes	(84.394)	(26.643)	(81.484)	(27.432)
Equivalência patrimonial	17.895	4.212	-	-
Bônus diferido a dirigentes	(1.700)	(1.700)	(2.827)	(2.152)
Perdas inventariadas	(1.040)	(80)	(105)	(80)
Perdas em recebíveis de clientes	(124)	(222)	(776)	(331)
Perdas em inadivíduos	(2.055)	(778)	(2.674)	(1.717)
Doações/Bônus	(495)	(143)	(588)	(278)
Inovação tecnológica/Lei routner	4.988	4.058	5.990	4.058
Outros ajustes tributários e direitos fiscais não constituídos	995	231	26.429	4.557
IRPJ e CSLL apurados	(64.994)	(21.135)	(66.435)	(23.455)
Corrente	(48.197)	(11.325)	(62.169)	(17.193)
Diferido	(16.797)	(9.810)	5.734	(6.262)
IRPJ e CSLL no resultado	(64.994)	(21.135)	(66.435)	(23.455)
Alíquota efetiva	26%	27%	24%	29%

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	TecBan			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Feito do IR/CS Ativo sobre:						
Provisão na participação dos lucros	7.080	2.549	9.629	5.801	2.088	7.889
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.413	869	3.282	2.614	941	3.555
Provisão transporte de valores	1.107	399	1.506	568	204	772
Provisões diversas	1.796	645	2.441	1.158	417	1.575
Prejuízo fiscal IRPJ e base negativa CSLL	20.994	7.726	28.720	36.738	13.394	50.132
Efeitos do arrendamento de direito de uso	932	336	1.268	431	144	575
Total do ativo diferido fiscal	34.322	12.524	46.846	47.280	17.188	64.468
Feito do IR/CS Passivo sobre:						
Efeitos do arrendamento	(50.657)	(18.236)	(68.893)	(51.264)	(18.454)	(69.718)
Total do passivo diferido fiscal	(50.657)	(18.236)	(68.893)	(51.264)	(18.454)	(69.718)
Total líquido	(16.335)	(5.712)	(22.047)	(3.984)	(1.266)	(5.250)

	TecBan			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Feito do IR/CS Ativo sobre:						
Provisão na participação dos lucros	4.526	1.630	6.156	4.091	1.473	5.564
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.417	511	1.928	568	204	772
Provisões diversas	2.158	775	2.933	1.593	575	2.168
Prejuízo fiscal IRPJ e base negativa CSLL	35.366					

>>>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativos financeiros	Categoria	Consolidado			
		Instrumentos financeiros por classe			
		Valor contábil 2020	Valor justo 2020	Valor contábil 2019	Valor justo 2019
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Custos amortizado	671	671	545	545
Aplicações financeiras (Nota 4.a)	Valor justo por meio de resultado	248.904	248.904	103.688	103.688
Contas a receber de clientes (Nota 5)	Custos amortizados	271.477	271.477	238.105	238.105
Ativos de contrato (Nota 5)	Custos amortizados	20.464	20.464	12.033	12.033
Outros créditos	Custos amortizados	13.021	13.021	19.217	19.217
Total		554.537	554.537	373.588	373.588
Passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 11)	Custos amortizados	265.278	265.278	138.337	138.337
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	Custos amortizados	11.674	11.935	20.904	21.310
Debêntures (Nota 13)	Custos amortizados	1.051.692	1.062.482	1.054.176	1.071.573
Passivo de Arrendamento (Nota 15)	Custos amortizados	168.153	171.012	232.811	237.223
Outros passivos	Custos amortizados	51.803	51.803	38.676	38.676
Total		1.548.600	1.562.510	1.484.904	1.507.119

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

f) Hierarquia do valor justo
Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:
• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
• Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
• Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros
Os principais riscos atrelados às operações da Companhia são relacionados às variações da TJP e CDI relativos às debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.
As aplicações financeiras atreladas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.
Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes para risco de diminuição do CDI, cenário provável (CDI atual) e a partir deste, foram aplicadas as variáveis de 25% e 50%.

Operação	Nota	Risco	2020			
			TecBan			
			2020	Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	4	Diminuição do CDI	201.971	2,77%	2,08%	1,39%
Receita financeira			5.595	4,196	2.797	
Total			207.566	2,77%	2,08%	1,39%
Operação	Nota	Risco	2019			
			TecBan			
			2019	Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	4	Diminuição do CDI	248.904	2,77%	2,08%	1,39%
Receita financeira			6.895	5,171	3.447	
Total			255.799	2,77%	2,08%	1,39%
Operação	Nota	Risco	2019			
			TecBan			
			2019	Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	4	Diminuição do CDI	91.976	5,56%	4,17%	2,78%
Receita financeira			5.114	3,835	2.557	
Total			97.090	5,56%	4,17%	2,78%
Operação	Nota	Risco	2019			
			TecBan			
			2019	Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	4	Diminuição do CDI	103.688	5,56%	4,17%	2,78%
Receita financeira			5.765	4,324	2.883	
Total			109.453	5,56%	4,17%	2,78%

A seguir demonstramos os cenários de variação para as debentures, cenário atual e mais dois cenários com deslocamento de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Divida	Nota	Risco	TecBan e Consolidado		
			2020		
			Cenário atual	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Debêntures	13	Aumento CDI	2,77%	2,08%	1,39%
Efeito no resultado			1.051.692	1.058.975	1.076.822
			7.283	7.283	14.566
Total			1.058.975	1.066.258	1.091.388

Divida	Nota	Risco	2019		
			TecBan e Consolidado		
			Cenário atual	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Debêntures	13	Aumento CDI	2,77%	2,08%	1,39%
Efeito no resultado			1.054.176	1.068.829	1.079.366
			-	14.653	29.306
Total			1.054.176	1.083.482	1.108.672

O cenário abaixo refere-se às operações de empréstimos e financiamento que tenham como indexador a TJP, sendo parcial em relação ao montante devido, pois temos linhas de créditos distintas (taxa de subcrédito A e B).
As operações de arrendamento que tenham como indexador o CDI estão demonstradas a seguir, também em 3 cenários com deslocamento de 25% e 50% do cenário provável.

Operação	Nota	Risco	2020		
			TecBan		
			Cenário atual	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Passivo de Arrendamento	15	Aumento CDI	2,77%	2,08%	1,39%
Efeito no resultado			32.584	32.810	33.035
			-	226	451
Total			32.584	33.036	33.486

Operação	Nota	Risco	2019		
			TecBan		
			Cenário atual	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Passivo de Arrendamento	15	Aumento CDI	2,77%	2,08%	1,39%
Efeito no resultado			35.425	35.670	35.916
			-	245	491
Total			35.425	35.915	36.407

Operação	Nota	Risco	2019		
			TecBan		
			Cenário atual	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Passivo de Arrendamento	15	Aumento CDI	5,56%	6,95%	8,34%
Efeito no resultado			104.756	106.212	111.426
			-	1.456	2.912
Total			104.756	107.668	114.338

Saldos em 31 de Dezembro de 2019	2020				
	TecBan	Emprestimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento	Patrimônio líquido
Fluxo de caixa	(6.566)	15.628	1.054.176	145.799	482.548
Juros pagos	(676)	(38.471)	-	(8.941)	57.947
Juros provisionados	648	35.987	10.148	-	46.783
Pagamentos de Finame/Leasing no exercício (a)	(798)	-	(77.326)	-	(78.124)
Novos arrendamentos	-	-	17.482	-	17.482
Outros	-	-	(1.551)	-	(1.551)
Lucro do exercício	-	-	-	-	183.223
Dividendos	-	-	-	-	(43.516)
Aumento capital	-	-	-	-	5.198
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	8.236	1.051.692	85.611	685.400	1.830.399

DIRETORIA

MARCELO GOMES DE OLIVEIRA
Diretor de Administração, Finanças e Pessoas

LEONARDO VANNUCCI
Superintendente de Finanças e RI

SYLVIA PIACENTINI
Gerente Executiva de Controladoria - CRC-15P24771/O-6

MARIA ROCHA
Coordenadora Contábil - CRC-15P284003/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Nossa nossa auditoria tratou o assunto
Nosso procedimento de auditoria incluiu, dentre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação do plano de negócios sobre os quais as projeções de lucros futuros foram elaboradas e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (ii) o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar na análise dos cálculos dos tributos diferidos; (iii) a avaliação das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócios da Companhia; (iv) a avaliação se o plano de negócios considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelos responsáveis pela governança; (v) a análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável; e (vi) teste da exatidão matemática dos cálculos incluídos nas projeções.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do tributo diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladoras são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nosso objetivo não obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas

em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladoras.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

EY ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1D0F15801/O-7

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tecnologia Bancária S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladoras, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos
A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Conforme nota explicativa 16, em 31 de dezembro de 2020, o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante nas demonstrações contábeis totalizava R\$ 46.846 mil no individual e R\$ 74.423 mil no consolidado.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade do tributo diferido ativo com base em projeções de resultados tributáveis futuros, as quais são elaboradas com base em premissas tais como: (i) crescimento da receita; (ii) taxas de descontos; (iii) comportamento dos custos e despesas, entre outros. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se realizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização. O monitoramento desse assunto foi

considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Nossa nossa auditoria tratou o assunto
Nosso procedimento de auditoria incluiu, dentre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação do plano de negócios sobre os quais as projeções de lucros futuros foram elaboradas e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (ii) o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar na análise dos cálculos dos tributos diferidos; (iii) a avaliação das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócios da Companhia; (iv) a avaliação se o plano de negócios considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelos responsáveis pela governança; (v) a análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável; e (vi) teste da exatidão matemática dos cálculos incluídos nas projeções.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do tributo diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladoras são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nosso objetivo não obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas

em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladoras.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Somos uma empresa que, há 38 anos, faz acontecer, com soluções inovadoras para tornar o ecossistema econômico do Brasil mais eficiente.

Acreditamos na integração entre o físico e o digital para garantir acesso ao dinheiro e aos serviços financeiros aos diferentes perfis de brasileiros, onde quer que estejam.

Investimos constantemente em soluções inovadoras e integradas para conectar pessoas, bancos e estabelecimentos comerciais.

A TecBan faz acontecer.